



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 7/2026 – UASG 200050
(PGEA nº 20.02.0200.0000104/2026-18)**

Torna-se público que a Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região realizará **dispensa eletrônica**, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, da Portaria PGR/MPU nº 148/2022 e demais normas aplicáveis.

Data da sessão pública: 30/06/2026

Horário da fase de lances: das 09:00 às 15:00

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1. OBJETO DA DISPENSA ELETRÔNICA

1.1. O objeto da presente dispensa eletrônica é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para prestação de **serviços de recarga de extintores e de testes hidrostáticos em equipamentos de combate a incêndio (mangueiras e extintores), incluindo o empréstimo de extintores e mangueiras durante o período de manutenção**, para as unidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, pelo critério de **menor preço global**, conforme condições e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A prestação dos serviços ocorrerá em 6 unidades, conforme tabela constante abaixo:

LOCAL	ENDEREÇO
1	Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região – SEDE Rua Cubatão nº 322, Paraíso, São Paulo/SP, CEP 04013-001.
2	Procuradoria do Trabalho no Município de Mogi das Cruzes Rua Professora Leonor de Oliveira Melo nº 159, Jardim Santista, Mogi das Cruzes/SP, CEP 08730-140.
3	Procuradoria do Trabalho no Município de Barueri Rua Rio Grande do Sul nº 181, Vila Boa Vista, Barueri/SP, CEP 06411-060.
4	Procuradoria do Trabalho no Município de Santos Avenida Conselheiro Nébias nº 444, 12º andar, Encruzilhada, Santos/SP, CEP: 11045-000.
5	Procuradoria do Trabalho no Município de São Bernardo do Campo Rua Silva Jardim nº 187, 15º andar, Centro, São Bernardo do Campo/SP, CEP: 09715-090.
6	Procuradoria do Trabalho no Município de Guarulhos Rua Rafael Balzani nº 161, Vila Moreira, Guarulhos/SP, CEP 07020-091.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal e as especificações constantes deste Aviso, prevalecerão as últimas.

1.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme disposto no item 4.3 do Termo de Referência, parte integrante deste Aviso de Contratação Direta.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica dar-se-á mediante utilização do Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Portal de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico acima mencionado;

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização;

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do sistema ou à Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

2.2.2. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

2.2.3.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.2.3.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.2.3.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.3.3.1. Inclui-se nesta vedação o fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.3.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região ou com servidor que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.3.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.2.3.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão TCU nº 746/2014 – Plenário);

2.2.5. Sociedades cooperativas.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

3.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

3.5.1. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações não poderão constituir pretexto para a contratada cobrar serviços extras ou alterar a composição de preços. Considerar-se-á a contratada como altamente especializada nos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, todos os custos diretos e indiretos de serviços, equipamentos, materiais, peças e insumos necessários à perfeita e completa consecução do objeto.

3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.8. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.9. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la, sendo que tal impedimento decorre do funcionamento do próprio sistema.

3.10. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

3.10.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.10.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, em caso de microempresa ou empresa de pequeno porte;

3.10.2.1. Neste caso, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o fornecedor não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

3.10.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.10.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.10.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/1991;

3.10.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir do dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. O lance deverá ser ofertado sobre o **PREÇO GLOBAL**;

4.3.1. O fornecedor somente poderá apresentar proposta para o valor global, abrangendo todos os locais;

4.3.2. O fornecedor junto com sua proposta comercial deverá apresentar a planilha indicada no item 4 da Seção I do Termo de Referência e informar, em sua proposta comercial, o preço global e por local.

4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 10,00**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

4.7. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.8. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta original.

4.9. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.10. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.11. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas;

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que, no **prazo de 30 (trinta) minutos**, seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração;

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. O **PREÇO GLOBAL MÁXIMO** aceitável para a presente contratação, conforme item 13.3 do Termo de Referência, é de **R\$ 24.115,00**;

5.3.1. Cumulativamente ao item anterior, **deverão ser respeitados também os preços máximos definidos para cada localidade**, previstos no mesmo item do Termo de Referência acima citado:

Local		Valor Total R\$	
		Manutenção preventiva Nível II (Recarga)	Manutenção preventiva Nível III (Testes)
01	SEDE	17.700,00	2.600,00
02	MOGI	650,00	100,00
03	BARUERI	550,00	
04	STS	930,00	
05	SBC	820,00	100,00
06	GRU	665,00	



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

5.4. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta adequada ao último lance, conforme modelo disponibilizado e, se necessário, de documentos complementares, no **prazo de 2 (duas) horas**.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.6.1. Contiver vícios insanáveis;

5.6.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.7.1. For inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;

5.7.2. A inexequibilidade, na hipótese tratada no subitem anterior, só será considerada após diligência da Administração que comprove:

5.7.2.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e,

5.7.2.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove sua exequibilidade.

5.9. As propostas e planilhas poderão ser ajustadas pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço;

5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, iniciar-se-á a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do “Anexo I – Da Proposta e Documentos de Habilitação” deste Aviso de Contratação Direta;

6.1.1. A verificação dos documentos tratada neste item será realizada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou em outras bases de dados mantidas pelo Poder Público, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados, exceto os que não constem dos referidos sistemas, os quais deverão ser apresentados pelo fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.2.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

6.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

6.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.2.4. Sistema de Inabilitados e Inidôneos mantido pelo Tribunal de Contas da União (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>);

6.2.5. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 6.2.2 a 6.2.4 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

6.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

6.3.1. Caso conste na consulta ao SICAF a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório;

6.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

6.3.3. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação;

6.3.4. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos;

6.4.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

6.4.2. O descumprimento do subitem acima implicará na inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar as certidões válidas.

6.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, no **prazo de 2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

6.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual – MEI, que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou por apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.10. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e às condições de habilitação.

6.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. O contrato administrativo será substituído pela nota de empenho, conforme art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, aplicando-se, no que couber, os dispositivos presentes no art. 92 da mesma lei e as obrigações estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.1. A nota de empenho será enviada ao adjudicatário por expedição eletrônica, sendo considerada recebida, para todos os efeitos contratuais, no primeiro dia útil seguinte ao do seu envio;

7.1.2. O aceite da nota de empenho emitida implica no reconhecimento de que o documento está substituindo o contrato, aplicando-se ao negócio as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como vinculando a contratada à sua proposta comercial e às previsões contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

7.2. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente, e durante toda sua vigência, será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso.

8. SANÇÕES

8.1. Com amparo nas disposições constantes no art. 6º, IX, e no art. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, a proponente e a contratada poderão ser responsabilizadas administrativamente



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

pelas infrações administrativas cometidas no procedimento que preceder a contratação ou na execução do contrato, de acordo com o disposto no item 12 do Termo de Referência, na [Portaria PGR/MPU nº 178/2023](#) e na [IN DG nº 2/2024](#), partes integrantes deste Aviso de Contratação Direta.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (dispensa fracassada), a Administração poderá:

9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento;

9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (dispensa deserta).

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste neste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada a respectiva ata no sistema eletrônico.

9.13. Em caso de dúvidas, encaminhar e-mail para pvt02.dac.licitacao@mpt.mp.br.

9.14. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Da Proposta e Documentos de Habilitação
Anexo II – Modelo de Declaração
Anexo III – Modelo de Proposta Comercial
Anexo IV – Termo de Referência
Anexo V – Planilha de Custos e Formação de Preços

São Paulo, *data da assinatura eletrônica*.

assinado eletronicamente
KLEIBER VITORETTI
Seção de Licitações e Compras



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

ANEXO I – DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Proposta comercial elaborada observando-se as disposições e especificações contidas neste Aviso de Contratação Direta, apresentada conforme modelo constante no **Anexo III**;
2. Planilha de custos preenchida, em conformidade com a proposta mencionada no item anterior, apresentada conforme modelo constante no **Anexo V**;
3. Declaração assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo contido no **Anexo II**;
4. Inscrição, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de procuração, quando for o caso;
5. Documento de identificação de seus administradores e eventuais procuradores;
6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
7. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta da RFB e da PGFN), com o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (certidão expedida pelo TST) e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (certificado de regularidade do FGTS); sendo que tais certidões poderão ser obtidas através do SICAF;
8. Certidão negativa de falência e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, nos últimos 90 dias ou com vigência dentro daquela estipulada no corpo da própria certidão;
9. Registro de conformidade para “Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores e Incêndio – Serviços”, emitido pelo INMETRO, a ser verificado no sítio <https://registro.inmetro.gov.br/consulta/>, com o status “Ativo” e concessão dentro do prazo de validade de 24 meses, conforme estabelecido no regulamento vigente – Portaria Inmetro nº 58/2022.

AVISO IMPORTANTE!

Senhores licitantes, pedimos atenção à Instrução Normativa DG/MPT nº 02/2024, que estabelece a dosimetria das sanções aplicadas tanto no procedimento licitatório, quanto na execução dos contratos, em especial:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Pena base – **4 meses** de impedimento de licitar e contratar com a União;
- b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena base – **12 meses** de impedimento de licitar e contratar com a União;
- c) Apresentar declaração ou documentação falsa durante a licitação: Pena base – **48 meses** de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- d) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena base – **54 meses** de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- e) Comportar-se de modo inidôneo: Pena base – **54 meses** de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- f) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Pena base – **54 meses** de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

_____ (responsável legal), portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, DECLARA sob as penas da lei, em nome da empresa _____ (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____ (endereço completo), QUE:

- Para fins do disposto no art. 3º da Resolução/CNMP nº 37/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, não possui sócio, gerente ou diretor que seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de membros do Ministério Público da União e nem de servidores que sejam ocupantes de cargo de direção ou chefia.
- Conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- Até a presente data inexistem fatos impeditivos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Tem pleno conhecimento e concorda com todas as condições contidas no Termo de Referência e demais documentos do procedimento de contratação, bem como cumpre plenamente os requisitos de habilitação.
- Possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades do local de execução, caso opte por não efetuar a vistoria prévia, quando a avaliação prévia do local for imprescindível para a execução do objeto contratual.
- A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, leis trabalhistas, convenções coletivas de trabalho e outras normas infralegais pertinentes.
- Cumpre o disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- Tem responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.

Cargo:

Local e Data:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

NOME DA EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO:					
BAIRRO:		CIDADE/UF:		CEP:	
FONE:		E-MAIL:			
NOME PARA CONTATO:					
DADOS PARA PAGAMENTO:	BANCO:				
	AGÊNCIA:		CONTA CORRENTE:		

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recarga de extintores e de testes hidrostáticos em equipamentos de combate a incêndio (mangueiras e extintores), incluindo o empréstimo de extintores e mangueiras durante o período de manutenção, para as unidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, pelo critério de menor preço global, conforme condições e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

ITEM	UNIDADES	PREÇO GLOBAL (R\$)
1	Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região – SEDE Rua Cubatão nº 322, Paraíso, São Paulo/SP, CEP 04013-001.	
	Procuradoria do Trabalho no Município de Mogi das Cruzes Rua Professora Leonor de Oliveira Melo nº 159, Jardim Santista, Mogi das Cruzes/SP, CEP 08730-140.	
	Procuradoria do Trabalho no Município de Barueri Rua Rio Grande do Sul nº 181, Vila Boa Vista, Barueri/SP, CEP 06411-060.	
	Procuradoria do Trabalho no Município de Santos Avenida Conselheiro Nébias nº 444, 12º andar, Encruzilhada, Santos/SP, CEP: 11045-000.	
	Procuradoria do Trabalho no Município de São Bernardo do Campo Rua Silva Jardim nº 187, 15º andar, Centro, São Bernardo do Campo/SP, CEP: 09715-090.	
	Procuradoria do Trabalho no Município de Guarulhos Rua Rafael Balzani nº 161, Vila Moreira, Guarulhos/SP, CEP 07020-091.	

VALIDADE DA PROPOSTA: mínima de **90 (noventa) dias**, contados da data de sua apresentação.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Conforme item 6 do Termo de Referência.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

O preço proposto abrange todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, mão de obra, materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, seguros, taxas, deslocamentos de pessoal, transporte, treinamento, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da contratação.

A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, pelo Código Civil Brasileiro e pelo Código de Defesa do Consumidor.

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos, bem como verificamos todas as especificações neles contidas, não havendo discrepância entre quaisquer informações ou documentos que deles façam parte, e estamos cientes de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assim como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações.

Local e Data:

Assinatura:

Nome:

RG:

Cargo:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

TERMO DE REFERÊNCIA
PGEA 20.02.0200.0000104/2026-18

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestar serviços de recarga de extintores e de testes hidrostáticos em equipamentos de combate a incêndio (mangueiras e extintores), incluindo o empréstimo de extintores e mangueiras durante o período de manutenção, pelo critério de menor preço global, de acordo com as exigências deste Termo de Referência, para as Unidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região;

1.1.1. A relação das localidades consta no item 13.3 deste Termo de Referência;

1.1.2. Os serviços deverão ser executados em etapas, nas quantidades e tipos, conforme indicados no item 4 da Seção I deste Termo de Referência;

1.1.3. A critério e necessidade da CONTRATANTE as etapas poderão ser antecipadas e/ou postergadas em comum acordo com a CONTRATADA, cuja solicitação será antecipadamente avisada à CONTRATADA em até 15 dias úteis;

1.2. O prazo de vigência contratual observará o disposto no subitem 10.5 deste Termo de Referência;

1.3. O objeto da contratação se enquadra na definição de serviços comuns, prevista no art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A recarga anual e os testes hidrostáticos em extintores e mangueiras visam assegurar a plena operacionalidade dos equipamentos de combate a incêndio nas Unidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região;

2.2. Este Termo de Referência utiliza os dados constantes no Documento de Formalização da Demanda - DOD, sendo dispensado a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP em razão do valor máximo estimado, conforme faculdade prevista no art. 14, I, da Instrução Normativa SEGES/ME no. 58/2022;

2.3. Os serviços especificados neste Termo de Referência possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio deste documento, bem como especificações usuais de mercado.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. As especificações dos serviços estão definidas na Seção I deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A PROPONENTE deverá:

a) Atender às exigências e às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e Seção I;

b) Comprovar sua situação de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, bem como suas qualificações técnica e financeira, na forma descrita no Aviso de Dispensa Eletrônica;

c) Comprovar que possui Registro de Conformidade para “Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores e Incêndio – serviços”, emitida pelo INMETRO a ser verificada no sítio do INMETRO (<https://registro.inmetro.gov.br/consulta/>) com o Status “Ativo” e Concessão dentro do prazo de validade de 24 meses, conforme estabelecido no regulamento vigente (Portaria Inmetro nº 58/2022);

d) Estar sem impedimentos de licitar e contratar com a União, mediante comprovação na forma estabelecida no Aviso de Dispensa Eletrônica;

e) Realizar as declarações em campos próprios do sistema eletrônico; e

f) Apresentar a proposta acompanhada da declaração de não parentesco, conforme modelo constante no Aviso de Dispensa Eletrônica.

4.2. Quando compatível, a CONTRATADA deverá implementar quesitos de sustentabilidade e de economia alinhados às diretrizes e aos objetivos do Plano Logístico Sustentável 2025/2030 do Ministério Público do Trabalho, em consonância com o arts. 5º e 11, IV, da Lei nº 14.133/2021 c/c os arts. 2º, 4º, incs. I, III, VII e VIII, e art. 16 do Decreto Federal nº 7.746/12, especialmente o uso racional dos recursos naturais disponíveis e a redução de desperdícios;

4.3. O fornecimento objeto deste Termo de Referência não poderá ser subcontratado parcial ou totalmente.

5. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. A CONTRATANTE obriga-se a:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

- a) Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao cumprimento das exigências relativas ao objeto da contratação; e
- c) Efetuar os pagamentos à CONTRATADA na forma e nos prazos previstos neste Termo de Referência, após o cumprimento das exigências contratuais e das formalidades legais.

5.2. A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Manter todas as condições de habilitação exigidas para a contratação durante o prazo de vigência do contrato e cumprir os prazos estabelecidos pela CONTRATANTE;
- b) Executar os serviços em conformidade com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência, bem como com as normas sanitárias e de segurança do trabalho, utilizando-se da melhor técnica aplicável e de empregados treinados e qualificados a prestarem os serviços contratados;
- c) Responsabilizar-se integralmente pelo objeto da contratação, nos termos da legislação vigente e das normas técnicas pertinentes, executando-o de acordo com as especificações e os prazos constantes deste Termo de Referência;
- d) Durante a execução do objeto contratual nas dependências da CONTRATANTE, manter seus empregados devidamente uniformizados para o desempenho de suas funções, portando documento oficial de identificação, providos de equipamentos de proteção individual adequados aos serviços, bem como instruir os profissionais envolvidos na execução dos serviços quanto à necessidade de acatar as orientações da fiscalização da CONTRATANTE;
- e) Responder, independentemente da fiscalização e do acompanhamento pela CONTRATANTE, por qualquer dano pessoal ou material decorrente de culpa ou dolo na execução dos serviços objeto da contratação, causado direta ou indiretamente à CONTRATANTE ou a terceiros;
- f) Cumprir as orientações do servidor designado pela CONTRATANTE para acompanhar a execução do objeto da contratação;
- g) Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante o cumprimento do contrato para adoção imediata das medidas cabíveis; e
- h) Não transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes da contratação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

6. EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Forma e prazos da execução:

6.1.1. Em cada unidade da CONTRATANTE, os equipamentos deverão ser retirados e os serviços executados em duas etapas para a Sede (local 01) e para as demais localidades em uma única etapa;

6.1.2. O prazo para a retirada dos equipamentos em cada etapa é de 10 (dez) dias corridos do recebimento da Ordem de Serviço/Nota de empenho, que será enviada pela CONTRATANTE por expedição eletrônica de documentos, conforme item 17 deste Termo de Referência;

6.1.3. O prazo para manutenção, recarga, testes e entrega dos equipamentos é de 30 (trinta) dias corridos, contados do primeiro dia útil seguinte ao da retirada especificada no subitem 6.1.2. acima;

6.1.4. A CONTRATADA deverá prover, provisoriamente, no momento da retirada dos equipamentos para cada etapa e em cada localidade, reserva de quantitativo mínimo de 30% (trinta por cento) do total de extintores e de mangueiras, para eventuais emergências, os quais serão restituídos à CONTRATADA por ocasião da entrega dos extintores e mangueiras à CONTRATANTE;

6.1.5. A retirada e a entrega dos equipamentos, após executados os serviços, nos locais onde estão instalados, será mediante agendamento prévio com a CONTRATANTE, via protocolo administrativo, conforme estabelecido no item 16 deste Termo de Referência, com 02 (dois) dias úteis de antecedência;

6.1.6. Na impossibilidade de cumprir os prazos estipulados, a CONTRATADA deverá, antes de expirado o prazo, solicitar formalmente a prorrogação do prazo e apresentar justificativa à CONTRATANTE, via protocolo administrativo, conforme estabelecido no item 16 deste Termo de Referência, que poderá ou não acatar o pleito;

6.1.6.1. O pedido de prorrogação será apreciado em até 2 (dias) dias úteis pela fiscalização, que poderá acolher ou não o pedido, com as devidas justificativas. O resultado da análise será enviado à CONTRATADA por expedição eletrônica de documentos, conforme item 17 deste Termo de Referência;

6.1.7. Os servidores responsáveis pela fiscalização poderão, a qualquer momento, acompanhar a execução dos serviços, desde que não causem nenhum ônus à CONTRATADA.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

6.2. Garantia:

6.2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses pelos serviços executados, contados da data de seu recebimento definitivo;

6.2.2. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA estará obrigada a refazer os serviços que apresentarem vícios, defeitos e outras impropriedades no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados do primeiro dia útil seguinte ao do recebimento da notificação para essa finalidade, que será enviada pela CONTRATANTE por expedição eletrônica de documentos, conforme item 17 deste Termo de Referência;

6.2.3. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas decorrentes do refazimento dos serviços referido no subitem anterior, sem qualquer custo para a CONTRATANTE.

7. GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão efetuadas por servidores da CONTRATANTE designados para essa finalidade, em conformidade com o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e nas normas internas da CONTRATANTE, competindo-lhe, dentre outras atividades:

- a) fiscalizar a execução contratual e zelar pelo atendimento das especificações exigidas e pelo cumprimento dos direitos e obrigações estabelecidos;
- b) comunicar e sanar as deficiências porventura verificadas na execução do objeto contratual;
- c) determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos verificados; e
- d) atestar as notas fiscais/faturas quando comprovada a correta execução do contrato para fins de pagamento.

7.2. O acompanhamento e a fiscalização consistem na verificação de conformidade do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das obrigações avençadas;

7.3. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual, tampouco restringe a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA quanto à integralidade e à correção dos serviços/fornecimentos a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros;

7.4. A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CONTRATANTE.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

8. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. O objeto da contratação discriminado neste Termo de Referência será verificado pela CONTRATANTE quanto a seus aspectos quantitativos e qualitativos para fins de recebimento, o qual observará o disposto no item 11 deste Termo de Referência;

8.2. O pagamento será efetuado após recebimento definitivo por etapa e localidade concluída, conforme estabelecido no item 11 deste Termo de Referência;

8.3. Cada documento de cobrança (nota fiscal, fatura etc.) deverá ser emitido pela CONTRATADA, após o recebimento definitivo pela CONTRATANTE, em nome da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, CNPJ nº 26.989.715/0033-90, devidamente discriminado, sem emendas ou rasuras, contendo o número e todos os demais dados da Nota de Empenho;

8.3.1. A empresa optante pelo Simples Nacional, em razão do disposto no art. 4º, XI, e no art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, deverá entregar à CONTRATANTE declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.244/2012, devidamente assinada por seu representante legal.

8.4. Todos os tributos e contribuições incidentes sobre cada fornecimento deverão estar incluídos no valor total do respectivo documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie, principalmente aquela pertinente aos órgãos públicos federais;

8.5. Os documentos de cobrança emitidos pela CONTRATADA serão conferidos e atestados pela CONTRATANTE;

8.6. O prazo para pagamento é de 3 (três) dias úteis, contados da data do ateste da CONTRATANTE no documento de cobrança e, no caso de qualquer falta ou incorreção na documentação apresentada pela CONTRATADA, tal prazo será interrompido;

8.7. O pagamento ocorrerá apenas após consulta ao SICAF, bem como após a comprovação da regularidade da empresa (fiscal e perante o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas);

8.8. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária, por meio de depósito em conta corrente por ela indicada;

8.9. A CONTRATANTE promoverá as retenções previstas na legislação pertinente;

8.10. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, sem que o atraso decorrente gere direitos a acréscimos de qualquer natureza;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

8.11. Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, a CONTRATANTE poderá deduzi-la do valor a ser pago à CONTRATADA;

8.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula (1):

$$EM = I \times N \times VP \text{ (1)}$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios (R\$);

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438,

assim apurado: TX = Percentual da taxa anual = 6%; $I = [(TX/100) / 365]$; $I = [(6/100) / 365]$ e $I = 0,00016438$.

9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

9.1. Para a presente contratação será realizado procedimento de dispensa eletrônica, com amparo no art. 75, II, da Lei nº 14.133/21, e na Portaria PGR/MPU nº 148, de 7 de dezembro de 2022, em razão do valor total máximo estimado para a contratação;

9.2. Poderão participar do procedimento de dispensa eletrônica pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto deste Termo de Referência e que atendam às suas exigências;

9.3. Para fins de habilitação, serão exigidos documentos de acordo com o disposto no item 4 deste Termo de Referência e com o especificado no Aviso de Dispensa Eletrônica, em conformidade com o estabelecido na Lei nº 14.133/2021;

9.4. As proponentes somente poderão apresentar proposta para o valor global, abrangendo todas os locais;

9.5. A proponente junto com sua proposta comercial deverá apresentar a planilha indicada no item 4 da Seção I e indicar, em sua proposta comercial, o preço global e por local;

9.6. O preço proposto deverá abranger todas as despesas decorrentes do fornecimento do objeto da contratação, tais como custos diretos e indiretos, tributos, transporte (retirada e entrega dos extintores e mangueiras), frete, seguros, lucro etc.;

9.7. O critério de julgamento será o de menor preço global, atendidos os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e no Aviso de Dispensa Eletrônica;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

9.8. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação;

9.9. As infrações administrativas cometidas no procedimento de dispensa eletrônica de licitação e na execução do contrato ensejam o sancionamento administrativo, de acordo com as disciplinas do item 12, da [Portaria PGR/MPU nº 178/2023](#) e da [Instrução Normativa DG nº 02/2024](#);

9.10. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações não poderão jamais constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços. Considerar-se-á, inapelavelmente, a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta todos os custos diretos e indiretos de serviços, equipamentos, materiais, peças e insumos necessários à perfeita e completa consecução do OBJETO.

10. CONTRATO ADMINISTRATIVO

10.1. A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021;

10.2. O contrato administrativo será substituído pela Nota de Empenho, conforme estabelecido no inciso I do art. 95 da Lei nº 14.133/2021;

10.3. Efetivada a adjudicação do objeto da contratação no procedimento de dispensa eletrônica, será emitida Nota de Empenho em favor da respectiva proponente adjudicatária;

10.4. As Notas de Empenho serão enviadas à CONTRATADA por expedição eletrônica, sendo considerada recebida, para todos os efeitos contratuais, no primeiro dia útil seguinte ao do seu envio;

10.5. O contrato administrativo terá vigência a partir da data de recebimento da nota de empenho, enviada conforme subitem 10.4, até o término do prazo para execução do objeto da contratação, incluindo eventuais prorrogações, e sua eficácia se estenderá até que se expire o prazo de garantia dos serviços executados;

10.6. O contrato administrativo ficará vinculado a este Termo de Referência, ao Aviso de Dispensa Eletrônica que preceder à contratação e à proposta comercial da proponente vencedora, os quais farão parte do instrumento contratual, independentemente de transcrição;

10.7. Os preços do contrato serão fixos e irredutíveis durante todo o período de vigência da contratação;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

10.8. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Empenho;

10.9. O contrato poderá ser extinto, nos termos do art. 138 da Lei nº 14.133/21.

11. RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. Os serviços serão recebidos por localidade e por etapa concluída, pela fiscalização da CONTRATANTE:

a) Provisoriamente, por ocasião da entrega do comprovante de execução dos serviços conforme item 2.2. 'i' da Seção I deste Termo de Referência;

b) Definitivamente, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, desde que verificada a adequação dos serviços executados às exigências deste Termo de Referência;

11.2. Constatada pela fiscalização da CONTRATANTE a necessidade de medidas corretivas dos serviços antes do recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá adotar as respectivas providências, às suas expensas e sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à data do envio da notificação expedida pela CONTRATANTE, que poderá ser encaminhada por correio eletrônico;

11.3. Concluídas as providências referidas no subitem 11.2, aplicam-se as disposições do subitem 11.1 acima.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O cometimento de infrações administrativas no procedimento de dispensa eletrônica de licitação e na execução do contrato ensejam o sancionamento administrativo, de acordo com as disciplinas estabelecidas nos itens abaixo, da [Portaria PGR/MPU nº 178/2023](#) e da [Instrução Normativa DG nº 02/2024](#);

12.2. Com amparo no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2.1. O atraso injustificado na retirada dos equipamentos superior a 10 dias corridos configura inexecução parcial ou total do contrato.

12.3. A critério da CONTRATANTE, com amparo nas disposições do art. 156 da Lei Nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as sanções abaixo:

- a) advertência formal, somente na hipótese de inexecução contratual parcial do contrato injustificada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) multa de mora, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, limitada a 10 (dez) dias (5%), sobre o valor da parcela inadimplida do contrato, atualizado desde a data da emissão da nota de empenho até o mês da ocorrência do fato que ensejar o sancionamento=pelo atraso injustificado na entrega do objeto da contratação, a partir do dia do vencimento do prazo estipulado para cumprimento da obrigação até a data do devido adimplemento;
- c) multa sancionatória de até 15% (quinze por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, aplicável sobre o valor total atualizado da parcela inadimplida;
- d) multa sancionatória de até 30% (trinta por cento) no caso de inexecução total do contrato, aplicável sobre o valor total atualizado do contrato;
- e) impedimento de licitar e contratar no âmbito no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, por período de até 3 (três) anos, definido pela CONTRATANTE, conforme a natureza e a gravidade do inadimplemento contratual, na ocorrência das infrações administrativas previstas nos subitens II, III, IV, V, VI e VII do item 12.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, impedindo a CONTRATADA de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, na ocorrência



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

das infrações administrativas previstas nos subitens VIII, IX, X, XI e XII do item 12.2, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens II, III, IV, V, VI e VII do item 12.2 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção especificada na alínea “e” acima.

12.3.1. A base de cálculo para as multas especificadas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 12.3 consiste no valor total constante da nota de empenho, atualizado desde o mês da sua emissão até o mês da ocorrência do fato que ensejar o sancionamento;

12.3.2. Os valores utilizados na base de cálculo das multas de mora e sancionatórias serão atualizados pelo índice IGP-DI (FGV), ou por aquele que vier a substituí-lo;

12.3.3. A sanção administrativa especificada na alínea “f” do item 12.3 observará as regras estabelecidas no § 6º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;

12.3.4. A aplicação das sanções previstas, em hipótese alguma, não exclui a obrigação da CONTRATADA de reparação integral de eventual dano causado à CONTRATANTE.

12.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4.1. As multas sancionatórias serão graduadas conforme critérios previstos na [Portaria PGR/MPU nº 178/2023](#);

12.4.2. As multas serão independentes e, a critério da CONTRATANTE, cumulativas, inclusive com as demais penalidades acima especificadas.

12.5. A licitante ou a contratada sancionada com multa deverá efetuar pagamento no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte à data do envio, pela CONTRATANTE, da respectiva GRU – Guia de Recolhimento da União, por expedição eletrônica de documentos, conforme item 17 deste Termo de Referência;

12.5.1. Caso o infrator sancionado não efetue o recolhimento da GRU, o valor da multa aplicada será descontado dos créditos que a contratada tiver direito, decorrentes do mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o interessado possua com a Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

12.5.2. Na impossibilidade de ser efetuado o desconto na forma prevista no subitem anterior, a Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região providenciará a inclusão do débito no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN – e encaminhará cópia do respectivo processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição na dívida ativa da União.

12.6. Na eventualidade de aplicação de qualquer sanção, à CONTRATADA são asseguradas a apresentação de defesa prévia e a interposição de recurso administrativo, consoante disposições do art. 157 e do art. 158 da Lei Nº 14.133/2021 e da [Portaria PGR/MPU nº 178/2023](#);

13. VALORES MÁXIMOS ACEITÁVEIS E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Para a presente contratação será realizado o procedimento de dispensa eletrônica em razão do valor total máximo estimado, conforme previsto no art. 75, II da Lei nº 14.133/21, e disciplinado na Portaria PGR/MPU nº 148, de 7 de dezembro de 2022;

13.2. O valor máximo aceitável para o preço global da contratação foi definido de acordo com o resultado de pesquisa de mercado realizada em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021;

13.3. Valores máximos aceitáveis para o preço global e por localidade:

Descrição		Contratação de empresa especializada para prestar serviços de recarga de extintores e de testes hidrostáticos em equipamentos de combate a incêndio (mangueiras e extintores), incluindo o empréstimo de extintores e mangueiras durante o período de manutenção, pelo critério de menor preço global, de acordo com as exigências deste Termo de Referência, para as Unidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região.		
Local		Unidade / Endereço	Valor Total R\$	
			Manutenção preventiva Nível II (Recarga)	Manutenção preventiva Nível III (Testes)
01	SEDE	Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª. Região. Endereço: Rua Cubatão nº 322, Paraíso, São Paulo/SP, CEP 04013-001.	17.700,00	2.600,00
02	MOGI	Procuradoria do Trabalho no Município de Mogi das Cruzes. Rua Professor Leonor de Oliveira Melo nº 159, Jardim Santista, Mogi das Cruzes/SP, CEP 08730-140.	650,00	100,00
03	BARUERI	Procuradoria do Trabalho no Município de Barueri. Endereço: Rua Rio Grande do Sul nº 181, Vila Boa Vista, Barueri/SP, CEP 06411-060.	550,00	
04	STS	Procuradoria do Trabalho no Município de Santos. Endereço: Avenida Conselheiro Nébias nº 444, 12º andar. Encruzilhada, Santos/SP, CEP: 11045-000.	930,00	
05	SBC	Procuradoria do Trabalho no Município de São Bernardo do Campo. Endereço: Rua Silva Jardim nº 187, 15º andar, Centro São Bernardo do Campo/SP, CEP: 09715-090.	820,00	100,00



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

06	GRU	Procuradoria do Trabalho no Município de Guarulhos. Endereço: Rua Rafael Balzani nº 161, Vila Moreira, Guarulhos/SP, CEP 07020-091.	665,00	
VALOR GLOBAL			24.115,00	

13.3.1. Nos valores acima devem estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

13.4. As despesas decorrentes da contratação dos serviços correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, para o exercício de 2026, cujas demandas estão aprovadas no PAAC 2026 (Plano Anual de Aquisição e Contratação da PRT02), nos elementos despesas:

- a) 3390.30.04 (material de consumo - gás engarrafado) - para os serviços de recarga;
- b) 3390.39.17 (outros serviços de terceiros-pessoa jurídica - manut. Cons. de maq. e equip) - para os serviços de testes hidrostáticos.

14. CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

14.1. A empresa contratada declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela Administração;

14.2. É vedado à empresa contratada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

14.3. A empresa contratada se compromete a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na LGPD, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual;

14.4. A empresa contratada responderá administrativa e judicialmente caso causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

14.5. Em atendimento ao disposto na LGPD, a Administração, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da empresa contratada, tais como número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação;

14.6. A empresa contratada fica obrigada a comunicar à Administração em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no Art. 48 da LGPD;

14.7. A empresa contratada, quando do encerramento do contrato, exceto se abrangidos pelo disposto nos incisos do Art. 16 da LGPD, fica obrigada a eliminar todos os dados pessoais obtidos em razão da execução do contrato. A Administração deverá ser formal e justificadamente comunicada da eventual impossibilidade da eliminação de dados pessoais que não se enquadrem na hipótese legal acima mencionada.

15. SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

15.1. Em relação à sustentabilidade social, a CONTRATADA deverá:

a) Não lançar mão, em hipótese alguma e sob quaisquer de suas formas, de critérios preconceituosos ou discriminatórios, por ocasião da admissão ou do desligamento dos seus empregados, observando, em todos os casos, os preceitos de responsabilidade social;

b) Não explorar trabalho infantil em atenção ao que dispõe o Art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal; o Capítulo IV, Título III, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os arts. 60 a 69 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e o Decreto nº 6.841/2008, que regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho – OIT; e

c) Não praticar, de qualquer forma, ações relacionadas com o trabalho análogo ao de escravo ou ao tráfico de pessoas para esse fim, conforme arts. 149, 149-A, II, 203 e 207, todos do Código Penal.

15.2. Em relação à sustentabilidade ambiental, a CONTRATADA deverá:

a) Orientar seus funcionários quanto ao uso consciente dos recursos disponíveis e gerenciamento adequado dos resíduos produzidos;

b) Proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010, o Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 e a política de descarte da CONTRATANTE; e



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

c) Promover a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução Conama n.º 401, de 4 de novembro de 2008, e contribuir para o programa de logística reversa em todo o material empregado a ser descartado, devolvendo-o para o fabricante ou importador, que será responsável pela destinação final ambientalmente adequada, observando-se a existência de acordos setoriais, regulamentos expedidos pelo Poder Público ou termos de compromisso, na forma do art. 18 do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022. O descarte, quando for o caso, será atestado pelo fiscal do contrato, mediante termo de responsabilidade assinado pela CONTRATADA.

16. PROTOCOLO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

16.1. Todo e qualquer documento relativo ao objeto deste Termo de Referência emitido pela CONTRATADA durante a vigência da contratação (nota fiscal, fatura, declaração, requerimento etc.) deverá ser apresentado por meio do PROTOCOLO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO, disponível no item SERVICOS do menu no portal da CONTRATANTE <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br>;

16.2. Para utilização do PROTOCOLO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO a CONTRATADA deverá efetuar seu pré-cadastro e tomar as demais providências indicadas nas orientações disponíveis no portal referido no subitem anterior; e

16.3. Por ocasião do PROTOCOLO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO de cada documento, a CONTRATADA deverá indicar o número do Processo de Gestão Administrativo (PGEA) relativo à sua contratação, informado pela CONTRATANTE, além de cumprir todas as exigências deste Termo de Referência quanto a prazo e forma.

17. EXPEDIÇÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS

17.1. O envio de comunicações da CONTRATANTE à CONTRATADA será efetuado por meio de expedição eletrônica no Processo de Gestão Administrativa (PGEA) autuado para acompanhamento do contrato relativo à execução do objeto deste Termo de Referência.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. As questões judiciais decorrentes da contratação tratada neste Termo de Referência serão dirimidas pela Justiça Federal – Seção Judiciária de São Paulo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

SEÇÃO I

1. OBJETIVO

1.1. Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de combate a incêndio, especificamente extintores e mangueiras, compreendendo manutenções de níveis II (recarga) e III (testes hidrostáticos), em estrita observância às normas técnicas vigentes. O objeto inclui o fornecimento de equipamentos em regime de empréstimo para substituição temporária nas unidades da PRT02, garantindo a continuidade da proteção durante as intervenções;

1.2. Os endereços/contatos e os equipamentos de cada Unidade da CONTRATANTE encontram-se nos itens 3 e 4 deste documento, respectivamente;

1.3. A CONTRATADA deverá prover provisoriamente no momento da retirada dos equipamentos para cada etapa e em cada localidade, reserva de quantitativo mínimo de 30% (trinta por cento) do total de extintores e de mangueiras, para eventuais emergências, os quais serão restituídos à CONTRATADA por ocasião da entrega dos extintores e mangueiras à CONTRATANTE.

2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços deverão obedecer às normas específicas aplicáveis ao caso, em especial as seguintes, em suas versões mais recentes:

- a) Resolução CONAMA 267, de 14 de setembro de 2000;
- b) NBR 15809 (Extintores de incêndio sobre rodas), NBR 15808/2010 (Extintores de incêndio portáteis), NBR 11861 - Mangueiras de incêndio – requisitos e métodos de ensaio e NBR 12962 – Extintores de incêndio – Inspeção e manutenção;
- c) Portaria INMETRO nº. 58/2022 – Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para a Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio.

2.2. Para execução do objeto da contratação, a CONTRATADA deverá:

- a) Alocar profissionais capacitados e devidamente trajados para execução dos serviços de retirada e entrega dos itens;
- b) Executar serviços de manutenção preventiva e corretiva: de nível II (recarga em extintores dentre outros serviços, conforme normativa técnica aplicável) e de nível III (testes hidrostáticos em extintores e mangueiras dentre outros serviços, conforme normativa técnica aplicável);



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

- c) Guardar, dentro de seus devidos abrigos, bicos e engates que necessitarem ser retirados, bem como recolocá-los por ocasião da reinstalação dos respectivos equipamentos;
- d) Reparar e substituir as peças que se fizerem necessárias nos extintores em que forem detectadas falhas de operação, sem custo adicional para a CONTRATANTE;
- e) Devolver os cilindros e as mangueiras reprovados no local onde foram retirados;
- f) Entregar todas as mangueiras e extintores secos, limpos e com selo;
- g) Encarregar-se do transporte adequado dos equipamentos;
- h) Cumprir as disposições contidas na Resolução CONAMA nº 267, de 14 de setembro de 2.000, que proíbe, em todo o território nacional a utilização das substâncias controladas especificadas nos Anexos A e B do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO, notadamente CFCs, halons, CTC e triclouroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo referido Protocolo; e
- i) Elaborar e emitir relatório de inspeção e manutenção dos serviços prestados, conforme NBR 12962 e Portaria INMETRO nº. 58/2022.

3. CONTATOS PARA RECOLHIMENTO E ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS

Unidade	E-mail	Horário	Responsável
PRT2 - Sede	prt02.dr.astec@mpt.mp.br	das 9h às 16h	Jeremias
PTM - Barueri	prt02.ptm2@mpt.mp.br	das 9h às 16h	Jamile/Clério/
PTM - Guarulhos	prt02.ptm5@mpt.mp.br	das 9h às 16h	Silvia/Robson
PTM – Mogi das Cruzes	prt02.ptm4@mpt.mp.br	das 9h às 16h	Reinaldo/Théo
PTM - Santos	prt02.ptm3@mpt.mp.br	das 9h às 16h	Márcia/Renata
PTM – São Bernardo do Campo	prt02.ptm1@mpt.mp.br	das 9h às 16h	Maurício/Marco

4. PLANILHA FORMAÇÃO PREÇOS

4.1. Na tabela, a seguir, constam o quantitativo dos equipamentos (extintores e mangueiras), os tipos de manutenção a serem realizados, previsão de execução por etapa para cada localidade;

4.1.1. Também consta na tabela o campo do custo unitário para cada serviço desta contratação;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

4.1.2. Planilha de formação de preço:

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO											
LOCAL->			01		02	03	04	05	06		
UNIDADE->			SEDE		MOGI	BARUERI	STS	SBC	GRU		
PREVISÃO DE EXECUÇÃO ->			Agosto	Setembro	Outubro	Outubro	Outubro	Outubro	Outubro		
Descrição dos Serviços			Valor Unitário [R\$]	1o. Etapa	2o. Etapa	1o. Etapa	1o. Etapa	1o. Etapa	1o. Etapa	1o. Etapa	Total
				QTDE de equipamentos							
a)	Manutenção preventiva de nível II	RECARGA em extintores de combate a incêndio com carga de ÁGUA PRESSURIZADA - carga nominal de 10 L - GCE 2-A.	R\$ -	21	42	3	2	5	4	5	82
b)		RECARGA em extintores de combate a incêndio com carga de DIÓXIDO DE CARBONO (CO²) - 6kg - GCE 2BC.C.	R\$ -	15	43	2	3	5	4	1	73
c)		RECARGA em extintores de combate a incêndio com carga de PÓ PRESSURIZADO - carga nominal de 4kg GCE 10B.C.	R\$ -	46	30		2	2	3	5	88
d)		RECARGA em extintores de combate a incêndio com carga de PÓ PRESSURIZADO - carga nominal de 20kg GCE 20B.C.	R\$ -	2							2
e)		RECARGA em extintores de combate a incêndio com carga de PÓ PRESSURIZADO - carga nominal de 6 kg GCE 10B.C.	R\$ -		1						1
f)		RECARGA em extintores de combate a incêndio com carga de PÓ TRICLASSE PRESSURIZADO - carga nominal de 4,0 kg 2-A 20-BC (tri classe).	R\$ -			3					3
g)		RECARGA em extintores de combate a incêndio com carga de PÓ TRICLASSE PRESSURIZADO - carga nominal de 4,5 kg 2-A 20-BC (tri classe).	R\$ -		6						6
h)	Manutenção preventiva de nível III	TESTE HIDROSTÁTICO em mangueiras para hidrantes tipo 2 (diâmetro 1 1/2") - 15m.	R\$ -	18							18
i)		TESTE HIDROSTÁTICO em mangueiras para hidrantes tipo 4 (diâmetro 1 1/2") - 15m.	R\$ -	20							20
j)		TESTE HIDROSTÁTICO em mangueiras para hidrantes tipo 2 (diâmetro 1 1/2") - 20m.	R\$ -	13							13
k)		TESTE HIDROSTÁTICO em extintores de combate a incêndio com carga de ÁGUA PRESSURIZADA - carga nominal de 10 L - GCE 2-A.	R\$ -	5	5	1					11
l)		TESTE HIDROSTÁTICO em extintores de combate a incêndio com carga de DIÓXIDO DE CARBONO (CO²) - carga nominal 6kg - GCE 2BC.C.	R\$ -	10				4			14
m)		TESTE HIDROSTÁTICO em extintores de combate a incêndio com carga de PÓ PRESSURIZADO - carga nominal de 4kg GCE 10B.C.	R\$ -	5	5						10
n)		TESTE HIDROSTÁTICO em extintores de combate a incêndio com carga de PÓ PRESSURIZADO - carga nominal de 20kg GCE 20B.C.	R\$ -	1							1
o)		TESTE HIDROSTÁTICO em extintores de combate a incêndio com carga de PÓ PRESSURIZADO - carga nominal de 6 kg GCE 10B.C.	R\$ -		1						1
p)		TESTE HIDROSTÁTICO em extintores de combate a incêndio com carga de PÓ TRICLASSE PRESSURIZADO - carga nominal de 4 kg 2-A 20-BC (tri classe).	R\$ -			1					1
q)	TESTE HIDROSTÁTICO em extintores de combate a incêndio com carga de PÓ TRICLASSE PRESSURIZADO - carga nominal de 4,5 kg 2-A 20-BC (tri classe).	R\$ -		1						1	
Valor Total Recarga (R\$)			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Valor Total Testes (R\$)			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
			R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$ 0,00
Valores a serem preenchidos											

Valores a serem preenchidos

ANEXO V - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Objeto: Serviços de recarga de extintores e de testes hidrostáticos em equipamentos de combate a incêndio (mangueiras e extintores), incluindo o empréstimo de extintores e mangueiras durante o período de manutenção, pelo critério de menor preço global, para as unidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região.

Local		Unidade / Endereço	Valor Total R\$			
			Manutenção preventiva Nível II (Recarga)	Manutenção preventiva Nível III (Testes)		
01	SEDE	Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª. Região. Endereço: Rua Cubatão no 322, Paraíso, CEP 04013-001 - São Paulo/SP.	R\$ -	R\$ -	R\$	-
02	MOGI	Procuradoria do Trabalho no Município de Mogi das Cruzes. Rua Professor Leonor de Oliveira Melo no 159, Jardim Santista, CEP 08730-140, Mogi das Cruzes/SP.	R\$ -	R\$ -	R\$	-
03	BARUERI	Procuradoria do Trabalho no Município de Barueri. Endereço: Rua Rio Grande do Sul no 181, Vila Boa Vista, CEP 06411-060 - Barueri/SP.	R\$ -	R\$ -	R\$	-
04	STS	Procuradoria do Trabalho no Município de Santos. Endereço: Avenida Conselheiro Nébias, 444, 12º andar. Encruzilhada, CEP: 11045-000 – Santos/SP.	R\$ -	R\$ -	R\$	-
05	SBC	Procuradoria do Trabalho no Município de São Bernardo do Campo. Endereço: Rua Silva Jardim, 187, 15º andar. Centro, CEP: 09715-090 - São Bernardo do Campo/SP.	R\$ -	R\$ -	R\$	-
06	GRU	Procuradoria do Trabalho no Município de Guarulhos. Endereço: Rua Rafael Balzani no 161, Vila Moreira, CEP 07020-091 - Guarulhos/SP.	R\$ -	R\$ -	R\$	-
Valor Global			R\$	-		

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO											
LOCAL->				01		02	03	04	05	06	
UNIDADE->				SEDE		MOGI	BARUERI	STS	SBC	GRU	
PREVISÃO DE EXECUÇÃO ->				Agosto	Setembro	Outubro	Outubro	Outubro	Outubro	Outubro	
Descrição dos Serviços				Valor Unitário [R\$]	1o. Etapa	2o. Etapa	1o. Etapa	1o. Etapa	1o. Etapa	1o. Etapa	1o. Etapa
					QTDE de equipamentos						
a)	Manutenção preventiva de nível II	RECARGA em extintores de combate a incêndio com carga de ÁGUA PRESSURIZADA - carga nominal de 10 L - GCE 2-A.	R\$ -	21	42	3	2	5	4	5	82
b)		RECARGA em extintores de combate a incêndio com carga de DIÓXIDO DE CARBONO (CO²) - 6kg - GCE 2BC.C.	R\$ -	15	43	2	3	5	4	1	73
c)		RECARGA em extintores de combate a incêndio com carga de PÓ PRESSURIZADO - carga nominal de 4kg GCE 10B.C.	R\$ -	46	30		2	2	3	5	88
d)		RECARGA em extintores de combate a incêndio com carga de PÓ PRESSURIZADO - carga nominal de 20kg GCE 20B.C.	R\$ -	2							2
e)		RECARGA em extintores de combate a incêndio com carga de PÓ PRESSURIZADO - carga nominal de 6 kg GCE 10B.C.	R\$ -		1						1
f)		RECARGA em extintores de combate a incêndio com carga de PÓ TRICLASSE PRESSURIZADO - carga nominal de 4,0 kg 2-A 20-BC (tri classe).	R\$ -			3					3
g)		RECARGA em extintores de combate a incêndio com carga de PÓ TRICLASSE PRESSURIZADO - carga nominal de 4,5 kg 2-A 20-BC (tri classe).	R\$ -		6						6
h)	Manutenção preventiva de nível III	TESTE HIDROSTÁTICO em mangueiras para hidrantes tipo 2 (diâmetro 1 1/2") - 15m.	R\$ -	18							18
i)		TESTE HIDROSTÁTICO em mangueiras para hidrantes tipo 4 (diâmetro 1 1/2") - 15m.	R\$ -	20							20
j)		TESTE HIDROSTÁTICO em mangueiras para hidrantes tipo 2 (diâmetro 1 1/2") - 20m.	R\$ -	13							13
k)		TESTE HIDROSTÁTICO em extintores de combate a incêndio com carga de ÁGUA PRESSURIZADA - carga nominal de 10 L - GCE 2-A.	R\$ -	5	5	1					11
l)		TESTE HIDROSTÁTICO em extintores de combate a incêndio com carga de DIÓXIDO DE CARBONO (CO²) - carga nominal 6kg - GCE 2BC.C.	R\$ -	10					4		14
m)		TESTE HIDROSTÁTICO em extintores de combate a incêndio com carga de PÓ PRESSURIZADO - carga nominal de 4kg GCE 10B.C.	R\$ -	5	5						10
n)		TESTE HIDROSTÁTICO em extintores de combate a incêndio com carga de PÓ PRESSURIZADO - carga nominal de 20kg GCE 20B.C.	R\$ -	1							1
o)		TESTE HIDROSTÁTICO em extintores de combate a incêndio com carga de PÓ PRESSURIZADO - carga nominal de 6 kg GCE 10B.C.	R\$ -		1						1
p)		TESTE HIDROSTÁTICO em extintores de combate a incêndio com carga de PÓ TRICLASSE PRESSURIZADO - carga nominal de 4 kg 2-A 20-BC (tri classe).	R\$ -			1					1
q)	TESTE HIDROSTÁTICO em extintores de combate a incêndio com carga de PÓ TRICLASSE PRESSURIZADO - carga nominal de 4,5 kg 2-A 20-BC (tri classe).	R\$ -		1						1	

Valor Total Recarga (R\$)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Valor Total Testes (R\$)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

R\$

-

R\$

-

R\$

-

R\$

-

R\$

-

R\$

-

R\$ 0,00

Valores a serem preenchidos